

O LIBERA SEGUE VIVO E PASSA A SER O JORNAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA - OSL



Itália fascista, tendo como protagonista a atriz Claudia Cardinale no papel de Libera Valente, uma mulher forte e corajosa que não suportava o fascismo. Enquanto informativo mensal do CEL, o *Libera*, além da programação semanal do espaço, divulgava as lutas anticapitalistas e as mobilizações sociais, possibilitando conectar anarquistas de diferentes estados, numa tentativa embrionária de articulação nacional ainda no início dos anos 1990. Era um período de avanço do neoliberalismo e de crise do socialismo, mas também das lutas contra as privatizações e do surgimento de inúmeros coletivos e espaços anarquistas.

Foi de 1995 em diante que o *Libera* passou a divulgar a experiência da Federação Anarquista Uruguaia (fAu) e ajudou a difundir o especificismo, até então desconhecido no Brasil, cuja primeira organização adepta foi a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), fundada em novembro de 1995. Foi neste período que o Círculo de Estudos Libertários alterou seu nome para Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), em homenagem ao militante falecido em 16 de agosto daquele ano. Entre o final de 1995 e início de 1996, foi lançada a proposta da Construção Anarquista Brasileira, uma plataforma organizacional que tinha como objetivo "criar, no curto prazo (de 1996 a 2001), (...) instâncias específicas do anarquismo como força política organizada (...), em nível local, micro-regional e

estadual" (OASL/FARJ, *Elementos para uma reconstituição histórica*). A difusão dessa proposta passou a influenciar parte do anarquismo brasileiro, que adotou a linha de um anarquismo combativo, classista, inserido nas lutas populares e com forte compromisso político-militante.

Reconstrução da proposta de organização anarquista nacional

A partir dos anos 2000, o anarquismo especificista brasileiro se estruturou em torno do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), que, em 2012 se desenvolveu no projeto político da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). É nesse contexto, entre idas e vindas, que a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), a Rusga Libertária, de Mato Grosso, a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL), de São Paulo, e o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA), de Minas Gerais, se firmaram e se estabeleceram.

Porém, completados 10 anos da CAB, essas quatro organizações optaram por seguir um caminho diferente. Os detalhes e motivos para a saída da Coordenação estão expostos em outro texto, que poderá ser lido mais adiante. O que importa dizer aqui é que, em 2022, encerraram sua participação na construção da CAB, e, em conjunto com mais algumas individualidades e grupos de outros estados, decidiram avançar para uma nova etapa.

Fundação da OSL

Depois de um longo processo de debate, as organizações OASL, FARJ, RUSGA LIBERTÁRIA e COMPA, reunidas em instância congressional, fundam a Organização Socialista Libertária (OSL) e adotam o *Libera* como jornal oficial da nova organização. Essa decisão é um reconhecimento público da importância do *Libera* para o anarquismo organizado e o especificismo no Brasil. O *Libera* é o jornal mais longo da história do anarquismo no Brasil e segue agora sendo continuado por militantes de diferentes gerações, irmanados num projeto de organização nacional, cujo compromisso com o socialismo, o classismo e a liberdade passam a ser os elos de ligação entre passado, presente e futuro. A partir desse número, o *Libera* será o periódico oficial da OSL e seguirá divulgando as lutas sociais, reforçando o anticapitalismo, o antiestatismo e a necessidade de uma revolução social que destrua o capitalismo, o racismo e o patriarcado e construa o autogoverno popular dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nosso jornal, o *Libera*, apresentará essa mudança de linha e avanço organizativo, que esperamos contribuir para o caminho da revolução social brasileira, anticapitalista, antiestatista, socialista e libertária!

**VIDA LONGA
AO LIBERA!
VIVA A OSL!**

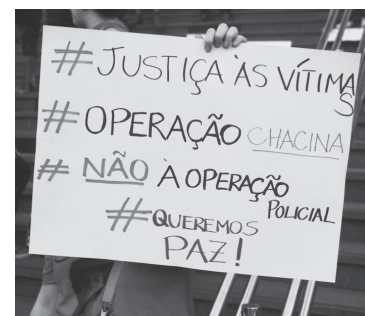
**Manifesto de
fundação da OSL**
Página 02

**Comunicado
sobre nossa
saída da CAB**
Página 04

**Para as
barricadas
companheiras e
companheiros!**
Página 06

**Lançamentos
de livros**
Página 07

**Operações
policiais deixam
rastro de sangue
pelo país**



Página 08

**Juan Carlos
Mechoso
presente!**



Página 08

**Uma militante
libertária que
se vai**
Página 08

Na década de seu surgimento, o *Libera* foi um importante instrumento para a reorganização do anarquismo no Brasil e em sua disposição de vincular o anarquismo às lutas populares. No início, o periódico chamava-se *Libera...Amore Mio* (nome escolhido pelo saudoso companheiro Pedro Kroupa) em referência ao filme italiano de 1975 dirigido por Mauro Bolognini, que se passava na

Manifesto de fundação da Organização Socialista Libertária - OSL



O anarquismo não é uma bela fantasia retirada da imaginação de um filósofo, mas um movimento social das massas trabalhadoras. Por isso mesmo, deve reunir suas forças em uma organização geral que atue constantemente, segundo as exigências da realidade e da estratégia da luta social de classes.

Dielo Truda

Uma prática política eficaz exige, portanto, o conhecimento da realidade (teoria), a postulação harmônica com ela de valores objetivos de transformação (ideologia) e meios políticos concretos para conquistá-la (prática política). Os três elementos se fundem em uma unidade dialética que constitui um esforço pela transformação social que o partido postula.

Federação Anarquista Uruguiaia

Como resultado da primeira sessão de nosso Congresso, ocorrida em julho de 2023, na cidade de São Paulo, declaramos fundada a Organização Socialista Libertária (OSL).

A OSL é uma organização anarquista brasileira criada pelo conjunto dos núcleos que compunham a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ, estado do Rio de Janeiro), a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL, estado de São Paulo), a Rusga Libertária (RL, estado do Mato Grosso) e o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA, estado de Minas Gerais), além de indivíduos de outras localidades do Brasil. A OSL pretende ser uma organização de abrangência nacional e, por isso, fomentar novos núcleos pelo Brasil.

A escolha desse nome é uma homenagem àquela que foi a primeira organização nacional do anarquismo especificamente brasileiro: a antiga OSL, que atuou entre 1997 e 2000, cujo nome foi posteriormente utilizado pela militância paulista dessa mesma corrente, num processo encerrado há mais de 15 anos. Há militantes na atual OSL que fizeram parte dessas duas iniciativas anteriores.

NOSSAS REFERÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS

Quando dizemos que somos uma organização anarquista, temos uma noção bem precisa sobre o que é o anarquismo, baseada numa análise de sua história global dos últimos 150 anos.

O anarquismo é uma ideologia ou doutrina política, uma forma libertária, an-

tiautoritária e revolucionária de socialismo, que pretende mobilizar as classes oprimidas – assalariados/as das cidades e dos campos, camponeses/as, povos tradicionais e marginalizados/as –, por meio de certa estratégia, para realizar uma revolução social que estabeleça uma nova sociedade fundamentada no socialismo, na autogestão, no federalismo, na igualdade e na liberdade.

Apoiado em uma concepção ética, o anarquismo parte de uma crítica social a todas as formas de dominação – econômicas, políticas, intelectuais-morais e, portanto, de classe, mas também de gênero, de raça, de etnia, de nacionalidade etc. Possui como fim essa sociedade socialista, autogestionária, federalista, igualitária e libertária – em que não há mais classes e dominação, em que a propriedade é coletivizada, o próprio

povo governa a si mesmo, e uma cultura concordante serve de alicerce para todo esse projeto de socialização generalizada.

Os meios condizentes para atingir esse fim implicam a constituição de uma força social classista e combativa, que tem por base esse conjunto de sujeitos oprimidos, e que pode intervir na luta de classes por meio de processos que envolvem: participação crescente da militância, construção pela base, estímulo à luta consciente e ao engajamento voluntário, independência dos inimigos de classe e suas estruturas. (OSL, *Definindo o Anarquismo*)

O anarquismo não surgiu de reflexões puramente filosóficas e intelectuais, mas como expressão ideológica e doutrinária (ação e pensamento, prática e teoria) de

um setor de trabalhadores/as e movimentos populares engajados na luta de classes do século XIX. Ele se consolidou com a fundação da Aliança, primeira organização política anarquista da história, que, por meio de instâncias secretas e públicas, atuou e influenciou decisivamente a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT ou “Primeira Internacional”, 1864-1877).

Entretanto, não é suficiente dizer que nossa organização é anarquista, pois, ao longo dessa sua longa história, o anarquismo conviveu internamente com muitos debates e divergências que, inclusive, estabeleceram suas grandes correntes: o anarquismo de massas e o anarquismo insurrecionalista.

Em termos mais amplos, nos filiamos à corrente histórica do anarquismo de massas, que teve como sua principal estratégia o sindicalismo revolucionário. Essa filiação se explica, na medida em que: defendemos a organização (dualismo organizacional) em oposição às posições antiorganizacionistas, contrárias à organização e que reivindicam a atuação individual ou em pequenos grupos informais; defendemos o possibilismo (lutas por reformas dentro de certos marcos estratégicos como caminho para a revolução) em oposição às posições antipossibilistas, que afirmam que as lutas por reformas só reforçam a sociedade capitalista; defendemos a necessidade de violência (povo em armas, insurreições, luta avançada etc.) vinculada e concomitante aos movimentos de massas, em oposição às posições que veem a violência como gatilho (propaganda pelo fato), reivindicando que atos isolados e restritos

de violência podem produzir movimentos massivos e revolucionários.

Em termos mais específicos, devido a essa nossa perspectiva organizativa, nos filiamos ao dualismo organizacional, ou seja, a expressão histórica do anarquismo em que militantes e organizações reivindicaram a necessidade de uma organização simultânea em nível político-anarquista (organização política ou partido) e em nível social-popular (organização popular de massas). Tal expressão teve eco em diferentes partes do globo, incluindo o sul-global, fomentando a criação de organizações anarquistas como o Partido Liberal Mexicano (em 1906, no México), a Sociedade de Companheiros Anarcocomunistas (em 1914, na China), a Federação Anarcocomunista da Bulgária (em 1919, na Bulgária), o Partido Comunista [Libertário] (em 1919, no Brasil) e a Federação Anarcocomunista Argentina (em 1935, na Argentina).

No dualismo organizacional, nossas principais referências históricas estão entre a militância que defendeu formas homogêneas e programáticas de organização anarquista (especialmente o plataformismo e o especifismo), em contraposição às formas heterogêneas e flexíveis (como no caso do sintetismo).

Referências centrais para nós são: Mikhail Bakunin (1814-1876), suas reflexões sobre o dualismo organizacional, a experiência da Aliança de 1868 em diante, em especial sua atuação na Internacional; Errico Malatesta (1853-1932), suas reflexões sobre a organização anarquista (chamada por ele de “partido anarquista”), sobre a participação anarquista organizada em movimentos sindicais, antifascistas ou insurrecionais, além das experiências que construiu: o Partido Revolucionário Socialista Anarquista (1891),

o Partido Anarquista de Ancona (1913) e a União (Comunista) Anarquista Italiana (1919/20).

Também é referência central para nossa organização o Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro – do qual participaram Nestor Makhno (1888-1934), Piotr Arshinov (1887-1937), Ida Mett (1901-1973), Jean Walecki (1905-?) e Maxime Ranko (1905-1952) –, que

expressam nossas concepções filosóficas, teóricas, estratégicas, programáticas e organizativas.

Esses princípios e concepções estão aprofundados no documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral: concepções filosóficas, teóricas, estratégicas, programáticas e organizativas”. Este documento pode ser lido por quem quiser conhecer melhor nossas posições.

como conjunto articulado de instrumentos conceituais científicos para compreensão da realidade, vincula-se com a ideologia ou doutrina anarquista e possui enfoque estrutural/sistêmico, subsidiando as análises das forças em jogo (conflitos sociais), das relações de poder/dominação e dos cenários em que se dão esses conflitos.

Essa abordagem concilia teoria e história, estrutura

não se restringem ao campo econômico e às relações de exploração), das mudanças e transformações conjunturais e estruturais. O capitalismo-estatismo destrói o meio ambiente e os recursos naturais; além disso, incorpora e modifica três outras formas de dominação estruturais: o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado, que são estruturalmente relevantes em sua reprodução.

Transformação revolucionária e socialismo libertário

Sustentamos uma prática política que culmine numa revolução social, abolindo a sociedade de classes, a propriedade (privada e nacional/estatal) dos meios econômicos, políticos e intelectuais/morais, o imperialismo, o racismo e o patriarcado. Após um período de transição – já sem capitalismo, Estado e suas instituições legitimadoras –, defendemos que se estabeleça o socialismo ou comunismo libertário, nosso objetivo finalista, um modo ou sistema de poder que não se baseia na dominação.

Será uma sociedade ecológica, pautada na igualdade, na liberdade e na democracia autogestionária/federalista. Uma sociedade marcada pela socialização da propriedade dos meios econômicos (de produção/distribuição), políticos (de administração e controle) e intelectuais-morais (de produção e difusão do conhecimento e das crenças); em que as decisões serão tomadas pelos/as próprios/as trabalhadores/as em seus conselhos e associações, proporcionalmente ao quanto forem afetados/as pelas decisões.

Projeto de poder popular autogestionário

Defendemos como caminho para essa transformação, a construção de um poder popular autogestionário, fundamento de nossa estratégia geral de transformação.



editou a revista Dielo Truda e, em 1926, publicou a “Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”.

Reivindicamos o plataformismo, em especial algumas de suas expressões, como a Federação dos Anarcocomunistas da Bulgária (FAKB), ativa entre os anos 1920 e 1940 na Europa Oriental, e o “Manifesto Comunista Libertário”, redigido em 1953 por Georges Fontenis, na França. Reivindicamos, da mesma maneira, o especifismo latino-americano dos anos 1960 e 1970: no Uruguai, com a experiência da Federação Anarquista Uruguia (FAU); na Argentina, com a experiência da organização Resistência Libertária (RL).

NOSSOS PRINCÍPIOS: BREVE RESUMO

A OSL baseia-se em um conjunto de princípios – concepções inegociáveis que orientam permanentemente nossa prática política –, que

Materialismo/Realismo libertário e teoria social libertária

Em termos de abordagem teórico-metodológica para a análise da realidade social, adotamos o que estamos chamando de materialismo ou realismo libertário e de teoria social libertária, elaborados principalmente a partir de clássicos anarquistas. Essa abordagem se diferencia dos pressupostos analíticos marxistas, pós-modernos, (neo) positivistas e, obviamente, liberais; ela não é sinônimo de determinismo econômico nem recomenda qualquer pragmatismo da *realpolitik* que implique o abandono de nossos princípios e de nossa identidade política.

Em resumo, o materialismo/realismo libertário é um método de análise que é, ao mesmo tempo, naturalista, realista, experimental, compreensivo e crítico. A teoria social libertária é uma aplicação concreta desse materialismo libertário para a análise da sociedade. Essa teoria,

social e ação humana, reprodução e transformação social. Propõe distinguir, na medida da necessidade, os fatos das ideias, os elementos concretos dos abstratos; estrutura, conjuntura, ação e pensamento/discurso, priorizando os primeiros frente aos últimos, conforme sua profundidade e influência na realidade social.

Concepção de sistema capitalista-estatista

Usufruindo dessa abordagem, concebemos a sociedade contemporânea como sistema capitalista-estatista, um modo de poder/dominação histórico que pode ser desmembrado analiticamente em três campos indissociáveis e interdependentes: econômico, político e intelectual-moral (cultural).

Sua lógica estrutural se baseia na acumulação permanente de capital econômico, político e intelectual-moral; sua formação social é produto da luta de classes (sendo que as classes sociais

Para isso, é necessário transformar a capacidade de realização das classes oprimidas em força social. O caminho mais adequado para isso é organizar e engajar o proletariado, o campesinato e as demais classes oprimidas em movimentos populares (sindicatos e movimentos sociais) e, junto a isso, dar um direcionamento estratégico e programático a esses movimentos.

Ao criar, fortalecer e participar desses movimentos, temos que defender certas características e maneiras de promover as lutas, o que envolve: a amplitude e a massificação desses movimentos; suas bases e perspectivas classistas e combativas; sua independência de classe e sua política de ação direta; seus métodos organizativos e decisórios pautados na autogestão e no federalismo; a construção de uma perspectiva transformadora e revo-

lucionária, por meio das lutas por reformas e conquistas imediatas; a unificação das classes oprimidas, cruzando o combate baseado em classe com as questões ambientais, de nacionalidade, de raça-etnia e de gênero-sexualidade.

Papel da organização anarquista

Nessa estratégia geral, o papel da organização política ou partido anarquista é central, pois incide sobre as massas trabalhadoras (classes oprimidas). Ela faz isso mobilizando, organizando e engajando trabalhadores/as em movimentos populares, potencializando e acelerando a conversão de sua capacidade de realização em força social. Faz isso, também, incidindo nos movimentos populares e promovendo um direcionamento estratégico e programático (nosso projeto de poder popular autogestionário).

A organização anarquista potencializa a força social dos anarquistas em sua ação, e busca influenciar os sindicatos e movimentos sociais; levando isso adiante, enfrenta algumas de suas tendências, assim como inimigos e adversários. Ela promove a necessidade da revolução social e do socialismo libertário, buscando fazer dos movimentos e das massas os grandes protagonistas desse processo; descarta os métodos vanguardistas, pois considera que a relação entre anarquistas/partido e movimentos/massas deve ser complementar, interdependente e pautada na autogestão (antiautoritária e não hierárquica, portanto); recusa as perspectivas “basistas” e o papel de retaguarda.

Concepção de organização anarquista

Reivindicamos uma concepção de organização anarquista: o dualismo organi-

zacional – anarquistas se organizando, ao mesmo tempo, como trabalhadores/as, nos movimentos populares, e como anarquistas, na organização política específica. Isso significa sustentar a diferenciação entre o nível social (de massas) e o nível político (de quadros, anarquista), e a relação antes descrita entre ambos. No nível social, nossa proposta se aproxima das formas históricas do sindicalismo revolucionário; no nível político, ela possui referência nas formas históricas de organizações homogêneas e programáticas: o platôformismo e o especificismo.

Somos uma organização anarquista de quadros (minoridade ativa), que expressa, articula, organiza e coordena posições ideológicas e doutrinárias (anarquistas) de um setor das classes oprimidas. E que opera em torno de quatro princípios organizativos: 1) Autogestão/Federalismo:

decisões de baixo para cima; delegações controladas pela base, rotativas e revogáveis; círculos concêntricos, consenso/voto; 2) Unidade teórica e ideológica: linha política clara e unitária, defendida e promovida por toda a militância; 3) Unidade estratégica e tática: linha programática (estratégica e tática) clara e unitária, defendida e promovida por toda a militância; 4) Responsabilidade coletiva: cada militante é responsável pela organização e a organização é responsável por cada militante.

ÉTICA, COMPROMISSO, LIBERDADE!

LUTAR, CRIAR, PODER POPULAR!

PELO AVANÇO DO ANARQUISMO ORGANIZADO NO BRASIL!

Comunicado sobre nossa saída da CAB*



(*Publicado em dezembro de 2022)

Comunicamos que, depois de um longo processo de discussão – que envolveu toda a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e a Coordenação Anarquista Latino-Americana (CALA) –, a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL, de São Paulo), a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), a Rusga Libertária (RL, de Mato Grosso) e o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMP, de Minas Gerais) tomaram a decisão de sair da CAB.

Apesar desse processo transcorrer de modo res-

peitoso, essa separação reflete diferenças políticas significativas e visões que, neste momento, consideramos inconciliáveis. O motivo central de nossa saída tem a ver com o balanço que fazemos dos últimos anos da CAB e, também, dos caminhos que entendemos serem necessários para o próximo período de desenvolvimento das lutas sociais e do anarquismo organizado brasileiro. Entendemos que, enfim, é hora de superar o status de coordenação e fundar uma organização política anarquista nacional.

O especificismo brasileiro sempre teve como projeto a fundação de uma organização nacional. A primeira tentativa foi a Organização Socialista Libertária (OSL), que funcionou entre 1997 e 2000. Contudo, esta experiência não deu certo, já que foi construída de maneira apressada e sem a devida maturidade dos estados e sua militância. A maior conquista desse primeiro processo foi o impulso das experiências estaduais da Resistência Popular (RP), iniciadas em 1999. Foi a partir delas que voltamos a reinvestir no

processo político e organizativo, dessa vez, com muito mais calma, fundando, em 2002, o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Abrimos mão daquela unidade pretendida na OSL e passamos a reunir indivíduos, grupos e organizações em torno apenas do acordo com dois eixos: necessidade de organização e necessidade de trabalho social (de massas).

Como em qualquer processo de construção política, ocorreram os momentos de desacordos, tensões, conflitos e cisões internas. Com

a saída da atual União Popular Anarquista (UNIPA) e o fim do Luta Libertária (LL) / Organização Socialista Libertária de São Paulo (OSL-SP), o FAO começou a se renovar internamente a partir de 2009, com a reaproximação da FARJ e de um conjunto de organizações estaduais que haviam se formado sob sua influência e até mesmo com a presença de seus militantes. Todas as organizações dessa rede ingressaram no FAO a partir de 2009; as iniciativas estaduais mais consolidadas (RJ, SP, CE, PR, SC) e outras que iniciavam sua articulação (MG, PE, uma nova reconstrução na BA, entre outros). Nesse processo todo, até a junção de novas organizações consolidadas e em articulação, foram muito importantes alguns estados que estiveram (primeira formação na BA e uma articulação em GO) e outros que permaneceram no FAO (es-

pecialmente RS, AL e MT), os quais desempenharam protagonismo. Essa fusão permitiu os grandes avanços que culminaram na fundação da CAB, em 2012.

A proposta, naquela ocasião, era dar um passo rumo à organização nacional. Saíamos da organicidade de um fórum (espaço para troca de informes e realização de tarefas em comum) para uma coordenação (articulação nacional de organizações estaduais). Nessa nova etapa, estabelecemos que construiríamos uma organização nacional no médio prazo para fortalecer a luta ideológica e social no Brasil. Queríamos ir unificando as concepções e os processos para formar uma organização política anarquista nacional. Essa necessidade de unificação era um desafio complexo, pois o FAO e a rede que se construiu em torno da FARJ remetiam à lógica dos “grupos orgânicos”, proposta no documento “Luta e Organização”, de 1996. Havia, naquele momento, uma pluralidade de concepções e realidades, que fomos homogeneizando a partir de 2009, num movimento que teve continuidade ao longo dos primeiros anos da CAB. Ainda que todos os estados defendessem o especificismo e suas linhas gerais, haviam muitos outros aspectos que necessitavam ser homogeneizados, tanto em termos ideológicos e teóricos, quanto em termos estratégicos e programáticos.

Conseguíamos, até aquele momento, caminhar em nosso projeto, aprofundar a organicidade e os trabalhos sociais, mantendo esse horizonte de uma organização nacional que vinha sendo construída. Diversos aspectos estavam se desenvolvendo e avançando, ainda que parcialmente, na direção da mencionada unidade nacional, consolidando uma nova etapa do nosso projeto organizativo.



Entretanto, há aproximadamente quatro anos, nossas organizações passaram a ver esse movimento de maneira mais crítica, algo que foi se aprofundando e chegou a seu ápice no II CON-CAB, de 2021, sediado em São Paulo. Nossa maior crítica é que, de maneira geral, os avanços da CAB haviam sido interrompidos e estavam se fortalecendo, na Coordenação, aquilo que chamamos de “caminhos inconciliáveis” – nos termos que intitularam o próprio documento que iniciou a desvinculação de nossa Regional da CAB – para entender teoricamente o anarquismo e colocá-lo em prática.

As críticas que fizemos à CAB foram diversas, e formalizadas nesse documento. Não é nosso intuito retomar o que foi ali colocado. Basta apontar que o aspecto central de nossa crítica é que, em nossa região (Sudeste/Centro-Oeste), já estávamos funcionando como uma organização política regional, unificando processos, concepções, linhas etc. Entendíamos ser necessário seguir para a nacionalização, conformando, enfim, a organização nacional que estava em nosso projeto, desde 2012. No entanto, para que isso fosse possível, era necessário solucionar o problema dos “caminhos inconciliáveis” que existiam dentro da CAB, os quais passavam por três grandes aspectos: 1) Concepção de organização

política anarquista; 2) Linha e prática política; 3) Linha teórica e ideológica. É importante colocar que, para nós, essas críticas também foram apontadas como autocríticas, já que estávamos participando do processo organizativo, tínhamos também responsabilidade nos problemas que apontávamos.

Contudo, em nossa avaliação – que tinha como base todos os debates dos últimos anos nas mais diferentes instâncias da CAB –, haveria grandes divergências às nossas críticas e proposições. Reconhecendo que a CAB tinha cumprido um papel importante para a construção organizativa nacional do anarquismo e que existiam posições distintas, com diferentes gradações, sobre os diferentes pontos que mencionávamos, compreendemos que talvez o melhor caminho fosse dar fim à própria CAB, reconhecendo seu esgotamento como ferramenta. Então, aqueles/as que quisessem avançar em termos organizativos (como na nossa proposta) fariam isso, e aqueles/as que não quisessem conformariam um outro fórum ou coordenação.

Ocorreram intensas discussões e diferentes respostas para nosso documento. No entanto, de modo geral, as demais organizações alinharam-se no sentido de discordar que a dissolução da CAB seria a melhor alternativa. Recusaram, portanto, a



proposta de nossas organizações. Nossa militância, sem perspectivas de resolução dos problemas apontados, e evitando acirrar os conflitos, decidi deixar a CAB. Informamos, nesta ocasião, que pretendemos nos constituir, logo em breve, como organização política anarquista e avançar para a nacionalização.

Conflitos na FARJ

Paralelamente a isso, no final de 2020, um grupo de militantes da FARJ direcionou à CAB uma solicitação de acompanhamento de uma denúncia interna.

A CAB fez o acompanhamento da denúncia e, nesse período, determinou o “congelamento” da FARJ. Ao fim do processo, chegou à conclusão de que um setor da organização havia descumprido os critérios indicados para permanência na CAB, desrespeitando indicações e decisões nacionais. Toda a situação provocou falta de confiança política com essa parte da militância e, por consequência, a CAB decidiu que esse grupo não poderia retornar às suas instâncias. Por fim, foi deliberado o “descongelamento” da identidade política da FARJ, que ficou sob responsabilidade do grupo de militantes que havia feito a denúncia.

Dois anos desde o início do acompanhamento, tendo

respeito aos procedimentos, avaliações e deliberações nacionais, a FARJ voltou a público e se alinhou às demais organizações que hoje deixam a CAB, compartilhando de nossa crítica e da necessidade da construção de uma organização anarquista nacional.

Apesar das divergências... Respeito e fraternidade

Mesmo com as divergências de caminhos, reforçamos a necessidade de mantermos relações respeitadas e fraternas entre nossa futura organização e a CAB. Nesses anos de construção conjunta, tivemos aprendizados e amadurecemos como militância anarquista. Mesmo com as diferenças políticas, desejamos que todos possamos nos desenvolver e contribuir com nosso objetivo finalista em comum: a emancipação de todos/as dominados/as. Não temos dúvida de que a luta contra nossos inimigos e por nosso projeto socialista e libertário é maior que as divergências entre nossas organizações, mas acreditamos que, neste momento, esse desligamento se faz necessário para que nossa luta possa avançar.

**ARRIBA L@S QUE LUCHAN!
LUTAR, CRIAR PODER
POPULAR!
ÉTICA, COMPROMISSO,
LIBERDADE!**

**Coletivo Mineiro Popular
Anarquista (COMPA)
Federação Anarquista do Rio de
Janeiro (FARJ)
Organização Anarquista
Socialismo Libertário (OASL)
Rusga Libertária (RL)**

Para as barricadas companheiras e companheiros!

Texto lido na abertura do Congresso Anarquista Unificado



Publicamos abaixo saudação lida na abertura dos trabalhos da primeira sessão do Congresso Anarquista Unificado, envolvendo as organizações COMPA, FARJ, OASL e Rusga Libertária, realizado em São Paulo nos dias 08 e 09 de julho de 2023.

Companheiros e companheiras!

Este é um momento histórico do anarquismo brasileiro em geral, e do anarquismo organizado em particular. O Congresso que se inicia agora marca mais uma etapa fundamental em nosso projeto político.

Como toda a militância aqui presente sabe, assim como os companheiros e companheiras que permaneceram nos estados, esse projeto não é recente. Ele remete à reabertura posterior à ditadura militar, nos anos 1980, quando o anarquismo, restrito aos pequenos círculos quase clandestinos, começou a se rearticular. Nossos militantes mais antigos fizeram parte ou foram influenciados por esse mo-

vimento de rearticulação, que envolveu o Círculo de Estudos Libertários, no Rio de Janeiro; o Centro de Cultura Social, em São Paulo; a editora Novos Tempos, em Brasília; o jornal O Inimigo do Rei, na Bahia, além de outras iniciativas.

Mas, sem dúvida, o marco mais importante nessa história foi nosso contato com a Federação Anarquista Uruguaia (fAu), em meados dos anos 1990, que deu um novo fôlego para parte considerável da militância brasileira e articulou um conjunto de jovens em torno daquilo que depois passaríamos a chamar de anarquismo especificista, ou, simplesmente, especificismo.

A fAu havia sido, nos anos 1960 e 1970, uma organização anarquista exemplar. Foi a única organização no Uruguai a intervir, num contexto de fechamento de regime, tanto na luta de massas (sindical, comunitária, estudantil) quanto na luta armada. As lutas avançaram significativamente, mas, com a ditadura e a enorme repressão que

se seguiu, muitos militantes foram presos, assassinados e outros permanecem desaparecidos até hoje.

Dentre nós, atualmente, estão militantes que foram os principais difusores desse projeto anarquista no Brasil em sua origem. Na relação orgânica com a fAu, difundiram nacionalmente a proposta da Construção Anarquista Brasileira, utilizando para isso o mailing do periódico *Libera* – jornal que tem hoje a maior duração ininterrupta em toda a história do anarquismo brasileiro.

Contribuímos diretamente com a fundação e com o fortalecimento de diferentes organizações anarquistas filiadas a essa corrente em várias partes do Brasil.

Fizemos parte da OSL dos anos 1990, primeira tentativa de criar uma organização anarquista especificista de abrangência nacional no Brasil, e também das iniciativas que deram continuidade a ela: o Fórum do Anarquismo Organizado e, depois, a Coordenação Anarquista Brasileira.

Fizemos parte não somente do COMPA, da FARJ, da OASL e da Rusga Libertária, que agora encabeçam esse novo momento organizativo. Mas também da FAG, do Luta Libertária/OSL São Paulo, do CABN, do CALC e de outras iniciativas semelhantes.

Contribuímos diretamente para tornar o especificismo brasileiro uma referência no país e no mundo. Nossa prática, nosso material de formação e divulgação não só fez desse anarquismo a maior corrente organizada do país, mas penetrou na América Latina, na América do Norte, na Europa, na África, e mesmo na Ásia e na Oceania.

No Brasil, entre erros e acertos, conseguimos colocar o anarquismo na realidade política e das lutas populares. Criamos e articulamos movimentos sindicais, comunitários, agrários e estudantis. Fomos conquistando respeito frente a outras correntes da esquerda combativa e revolucionária. Organizamos, organizamos, organizamos. Atualmente,

de especificismo no Brasil, já são praticamente três décadas.

E não temos dúvida de que toda militância que aqui se associa nessa nova etapa, se mantém firme e consequente com o projeto especificista em particular e com o dualismo organizacional anarquista em geral, cujos paralelos com o plataformismo e outras concepções similares do anarquismo histórico são evidentes.

Como todos e todas aqui sabem, tivemos um período grande de desgastes nos últimos tempos antes de nossa saída da CAB. Quando resolvemos enfrentar questões que nos pareciam fundamentais, vieram os diversos conflitos e ficou evidente para nós aquilo que chamamos de “caminhos inconciliáveis”. Havia diferentes projetos dentro da coordenação, ainda que todos se reivindicassem “especificistas”.

Contudo, para nós, não era – e nem nunca foi – apenas questão de criticar. Queríamos realmente construir e avançar no projeto anarquista com o qual estamos envolvidos há décadas. Desejávamos uma organização nacional unificada, com os mesmos princípios, a mesma organicidade, a mesma estratégia e o mesmo programa, algo que começávamos a desenvolver em nossa antiga Regional Sudeste / Centro-Oeste, vendo que realmente havia possibilidades de avançar. Infelizmente, não foi a compreensão geral naquele momento, no entanto, sabemos que se constituir como organização específica requer

unidade, e não é uma raridade que, quando a unidade não acontece, cada parte segue seu caminho, seu projeto. São caminhos diferentes que buscam o mesmo lugar: a liberdade, a igualdade, enfim, a revolução social! No entanto, não se avança nestes caminhos sem coesão.

Neste momento, é fundamental formalizar aqui os cumprimentos a todos e todas que mantiveram nossas atividades políticas e sociais em meio a todas as dificuldades que culminaram na cisão. Foram muitos problemas, muitas reuniões, muitas costuras. Um desgaste enorme para muita gente... Mas conseguimos superar com sucesso mais essa dificuldade, dar o passo necessário para podermos construir o futuro.

Foram muitas conversas nos acampamentos da greve

dos professores municipais de SP, madrugadas escrevendo e lendo posições, finais de semanas em debates coletivos, reuniões cansativas de horas nos computadores em meio à pandemia; das reflexões sobre as incertezas em meio às ocupações de moradia em Minas Gerais, até aquele tempo escasso encontrado pra luta em meio as diversas tarefas da vida do trabalhador em Mato Grosso, no meio dos inimigos do agronegócio; dos piquetes e barricadas nas avenidas que cortam a favela em Guarulhos até os esforços de autodefesa nas praias da Baixada Santista; Das vigílias na madrugada contra a repressão nas terras indígenas, às demissões e processos judiciais que tomamos por lutar em Bauru; da madrugada na prisão na greve geral de 2017 às madrugadas contando voto e

panfletando para chapa de oposição no Centro. Das vitórias do movimento estudantil do interior de SP, até as derrotas coletivas das classes oprimidas. Nas leituras densas sozinhos, nas ruas batendo de frente contra a repressão e nas reuniões políticas defendendo nossa ideologia, estamos aqui vivos e prontos para mais uma etapa!

Nos últimos meses, também conseguimos um feito importante. Mantendo todos os nossos trabalhos, sem deixar a organicidade e os trabalhos sociais serem prejudicados, preparamos todo o material para esta sessão do Congresso e fizemos a discussão qualificada nos núcleos.

Devemos também formalizar aqui os cumprimentos, tanto àqueles e àquelas

que trabalharam duramente para que este Congresso fosse possível, quanto àqueles e àquelas que mantiveram a organização funcionando e dispuseram de grande esforço para discutir coletivamente uma quantidade grande de material.

Agora, iniciando esta primeira sessão de nosso Congresso, daremos mais um passo nessa longa caminhada. Fundaremos nossa organização nacional, consolidando aquele antigo projeto concebido nos anos 1990, e que, entre fluxos e refluxos, teve continuidade nas décadas seguintes. Temos consciência que, mesmo com avanços importantes – e não temos dúvidas que eles aconteceram –, há ainda um enorme caminho para ser trilhado.

Queremos com este Congresso fortalecer essa ca-

minhada para que façamos avançar nosso projeto igualitário, libertário e revolucionário.

Já disse Durruti que trazemos um mundo novo em nossos corações. Desejamos que toda essa herança e nosso recente esforço contribuam para essa nova organização que surge neste momento. Que esta data seja um marco no fortalecimento desse novo mundo. Que ela fortaleça o projeto anarquista, socialista libertário, a causa da revolução social! Não pouparemos esforços para isso!

Viva o anarquismo!

Viva o socialismo libertário!

Viva o poder popular!

Viva a Organização Socialista Libertária!

Para as barricadas, companheiras e companheiros!

INSTRUIR PARA REVOLTAR lançamentos de livros

TOMAR A TERRA

Lançado em janeiro de 2023, o livro *Tomar a Terra* (Ed. Entremares) reúne textos clássicos de militantes anarquistas sobre a temática da luta pela terra, que sempre esteve presente desde os primórdios do anarquismo.

Os autores são Eliséé Reclus, Ricardo Mella, Neno Vasco, Errico Malatesta e Ricardo Flores Magón. Des-

taque para este último, com papel importante na Revolução Mexicana e textos que são inéditos em português.

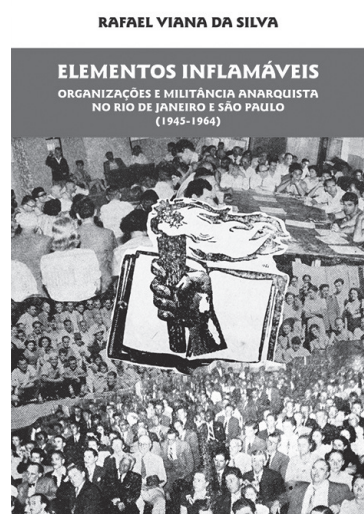
Após um primeiro lançamento em São Paulo, no dia 21 de janeiro, no espaço Antônia e Angelina Soares, também foram realizadas outras atividades de lançamento com debate em espaços dos movimentos sociais do campo, como do MPA no Raízes do Brasil (RJ) e no Armazém do Campo de Juíz de Fora (MG) espaço do MST, em eventos acadêmicos e de Educação do Campo, na Biblioteca Social Fábio Luz (RJ), dentre outros. Uma referência fundamental para todos/as os/as lutadores/as sociais, envolvidos/as ou não com a luta camponesa. O livro está disponível à venda pelo site da editora Entremares e, no Rio de Janeiro, no Armazém do Campo, no Raízes do Brasil e na Biblioteca Social Fábio Luz.



O ANARQUISMO EM CUBA

O livro “O Anarquismo em Cuba”, do pesquisador Frank Fernández, aborda a presença do anarquismo nos processos da independência desse país, na luta sindical e durante a revolução cubana em 1959, mostrando o forte caráter anti-colonial e classista do anarquismo revolucionário cubano.

ELEMENTOS INFLAMÁVEIS



No livro “Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)”, o historiador e militante sindical Rafael V. da Silva aborda a organização e prática sindical classista do anarquismo brasileiro durante um período pouco conhecido na história dessa ideologia no país.

COMBATENDO E DERROTANDO O RACISMO

O livro “Combatendo e Derrotando o Racismo” é uma importante reflexão coletiva da Federação Anarquista Comunista Zabalaza, organização anarquista da África do Sul, que aprofunda uma análise crítica sobre o racismo a partir dos referenciais anarquistas e desenvolve elementos importantes para combatê-lo. Todos os três livros foram editados pela Editora Faísca e podem ser conseguidos no site editorafaisca.net.



Operações policiais deixam rastro de sangue pelo país



Parentes de vítimas da violência policial no RJ denunciam mortes em operações.
Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Cerca de 30 pessoas foram mortas pela Polícia Militar de SP em uma megaoperação policial, que teve início em Guarujá, e se espalhou por outras cidades da Baixada Santista. A megaoperação vem na sequência da morte de um policial, no final de julho. O massacre levou um clima de terror às comunidades da região, onde vive a classe trabalhadora mais precarizada. Matanças recentes no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco demonstram como o Terrorismo de Estado segue em prática no País, independentemente do governo de turno.

No litoral de SP, a chamada “Operação Escudo” espalhou um clima de terror desde o fim de julho. Moradores das comunidades denunciavam execuções sumárias de pessoas desarmadas, parte delas com passagem pela polícia ou pelo sistema prisional. Sob a gestão do governador Tarcísio de Freitas, o caso é o maior massacre policial do estado de SP desde os Crimes de Maio de 2006, quando, sob o pretexto de combater o crime organizado, policiais mataram mais de 500 pessoas, sendo a maioria jovens negros e moradores das periferias. Daquele trágico episódio, nasceu o movimento Mães de Maio, que objetiva organizar as famílias de vítimas do Estado na busca por verdade e justiça.

No Rio de Janeiro, em apenas um dia, a PM matou dez pessoas no Complexo da Penha, no começo de agosto. O governo de Cláudio Castro alegou combater

uma facção criminosa. Ainda em agosto, três crianças e adolescentes foram mortos, em um intervalo de uma semana, em comunidades do Rio: Thiago, de 13 anos, Wendell, de 17, e Eloáh, de apenas cinco. No caso de Thiago, a própria Corregedoria da PM desmentiu a versão dos policiais de que tivesse havido um tiroteio, e acrescentou que os PMs podem ter plantado uma arma com o adolescente. Em setembro, uma ação da Polícia Rodoviária Federal matou Heloísa, de três anos de idade, com um tiro na nuca, em Seropédica, na Baixada Fluminense. Enquanto a menina ainda estava internada, pelo menos 28 agentes da PRF estiveram no hospital, numa tentativa de intimidação à família da criança.

Na Bahia, comandada pelo PT desde 2007, a PM matou ao menos 30 pessoas em uma semana, entre o fim de julho e início de agosto, também em supostas operações de combate ao crime organizado, em Salvador e cidades vizinhas. Mais mortes se seguiram nas semanas seguintes, e devem manter a Bahia como o estado com mais mortes cometidas pela PM no país. Inclusive as polícias civis e federal têm participado de “operações” com mortes nesse período.

Todas essas mortes em um intervalo de algumas semanas são mais um episódio do fracasso da Guerra às Drogas. Prática que, na verdade, é uma guerra à classe trabalhadora que vive nas periferias, em grande maioria negra e precarizada, que,

sob a visão do Estado, precisa ser controlada. Além da gravidade das execuções em si, que aumentam a violência nas comunidades, as mortes impactam no dia-a-dia desses territórios, com a imposição de um clima de medo, a suspensão de aulas e do trabalho. Toda essa repressão não atinge os centros de financiamento e produção das drogas. Tratam-se de operações midiáticas, que servem apenas como demagogia eleitoreira, para estimular o ódio e a violência contra as periferias. Também demonstram que a lógica brutal da PM se espalha por outras forças, como polícias civis e federais.

A derrota de Bolsonaro nas urnas não abalou a estrutura violenta e racista do Estado brasileiro, com a PM sendo a principal ferramenta de controle da classe trabalhadora mais explorada pelos detentores do capital e do poder. É preciso radicalizar as demandas pela ampliação de direitos sociais e denunciar a violência cotidiana da polícia. É fundamental apoiar os movimentos de denúncia da brutalidade policial, na luta pelo fim da Guerra às Drogas e pela extinção da Polícia Militar! A cada ano que passa, presenciamos episódios de massacres protagonizados pelas forças de repressão do Estado, deixando claro que não se tratam de episódios isolados, mas sim um processo histórico e estrutural. Por isso, além das manifestações populares de denúncia, é necessária a construção de organismos de autodefesa popular das classes oprimidas, que sejam acionados para fazer frente a essas investidas. Não podemos confiar na neutralidade do Estado, pois a repressão é fruto de seu monopólio da violência, instrumento de manutenção do poder das classes dominantes.

Juan Carlos Mechoso presente!



O jornal *Libera* marca, nesta edição, homenagem à memória de Juan Carlos Mechoso, cuja passagem ocorreu em 11 de outubro de 2022. Mechoso foi certamente um dos militantes anarquistas mais importantes da história de nosso continente latino-americano e segue como uma grande inspiração da nossa organização.

Sua dedicação de mais de 70 anos à causa do anarquismo deixou um riquíssimo legado teórico e prático. Juan Carlos Mechoso foi um dos principais militantes da Federação Anarquista Uruguiaia (fAu) e de seu braço armado, a Organização Popular - 33 Orientais (OPR-33), que firmou uma experiência singular do anarquismo, cujas formas ideológicas ganharam posteriormente o nome de especificismo. Diversos militantes das organizações que fundam a OSL tiveram a grata oportunidade de conhecê-lo pessoalmente no bairro do Cerro, em Montevideu. Juan Carlos foi um trabalhador de frigorífico, mas tinha grande sede autodidática e uma experiência de militância ímpar. Sua larga experiência militante convivia sem conflito com sua modéstia, seu bom humor e sua capacidade de analisar a realidade. Nossa militância reafirma sua memória, seu legado e influência. Reafirmamos nossos sentimentos à família e aos companheiros e companheiras da fAu.

Recomendamos a entrevista que Juan Carlos Mechoso concedeu, intitulada “A Estratégia do Especificismo”, que resume um pouco das suas perspectivas políticas. A entrevista foi realizada em 2014 e, posteriormente, em 2017, atualizada em formato de vídeo, no canal do YouTube do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).

Juan Carlos Mechoso vive!

Uma militante libertária que se vai



Partiu no dia 03 de abril, na cidade de Rosário, a militante libertária Yoli Ruiz, vinculada à Federação Anarquista de Rosário (FAR). Militante comprometida, participou de diversos atos, protestos e reuniões em meio à luta popular rosarina.

Dedicou grande parte de sua vida ao caminho da transformação social anticapitalista e socialista libertária.

O jornal *Libera* manifesta força aos familiares e amigos e amigas, assim como faz jus à memória dessa combatente pela revolução social.